

FAMÍLIA E TRABALHO RURAL NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULOⁱ

Sonia Maria P. Pereira Bergamascoⁱⁱ

RESUMO

Este "paper" propõe uma classificação das unidades de produção agropecuária no Brasil e no Estado de São Paulo, através da composição da força de trabalho utilizada, com ênfase na distinção entre trabalho familiar não remunerado e trabalho assalariado. Na análise foram utilizadas tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1980, complementada por alguns dados de 1985, últimos dados disponíveis. Com esses dados as unidades produtivas foram divididas em dois subconjuntos: o primeiro, composto por unidades dirigidas por administrador e por aqueles que não utilizam nenhuma pessoa não remunerada da família, que se denominou "empresas não familiares". Num segundo bloco foram classificadas as unidades produtivas não dirigidas por administrador contratado e que se utilizam de alguma forma de mão-de-obra familiar. Este último foi chamado "conjunto familiar" que, por apresentar grande heterogeneidade, foi diferenciado internamente segundo a presença e o peso relativo do trabalho contratado (externo à família). Com este critério foram separados três tipos de unidades familiares: a) os "familiares puros" que não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família do produtor; b) os "familiares complementados por empregados temporários" que, além do trabalho da família, contratam algum tipo de trabalho temporário, mas não utilizam trabalho externo de forma permanente; e c) as "empresas familiares", que são unidades produtivas que contratam força de trabalho externa e de forma permanente, podendo ou não usar empregados temporários. Definida essa tipologia tentou-se mostrar as principais características econômicas destas unidades e sua importância relativa na produção agrícola nacional. Dos 5,151 milhões de unidades produtivas no País, definidas pela Fundação IBGE, 71,6% formam o conjunto familiar, sendo 43,7% classificados na categoria de "familiares puros". Dos 273.187 estabelecimentos agropecuários do Estado de São Paulo, em 1980, cerca de 54,5% são unidades que fazem parte do conjunto familiar. Desse total, 50,7% são tipicamente familiares. Por outro lado, no período 1980/85, em relação a 1970, registra-se um crescimento da mão-de-obra familiar e da parceria, acompanhado de uma estagnação do número de assalariados permanentes, tanto no Brasil como em São Paulo. Assim, pode-se concluir que o processo de modernização da agricultura brasileira não significou, como apontam muitos autores, a eliminação das unidades familiares de produção e, que a despeito de um processo desigual e excludente, este setor produtivo ocupa um espaço representativo tanto social como econômico.

1 - INTRODUÇÃO

O debate sobre a importância da "pequena produção" na agricultura brasileira ocupou parte considerável da produção acadêmica e das discussões políticas sobre a questão agrária nos anos 60 e 70.

O espectro de abordagem foi bastante amplo, podendo-se indicar algumas das mais importantes do período: a questão da inserção do campesinato numa estrutura capitalista; a funcionalidade da pequena produção; a recriação de relações pré-capitalistas pelo capitalismo; a importância da pequena produção no abastecimento alimentar e na oferta de matérias-primas agrícolas.

Já nos anos 80, duas linhas de pesquisa parecem ter predominado. De um lado, a linha teórica voltou-se para o aprofundamento da análise da pequena produção a partir de categorias marxistas, como subordinação e subsunção do trabalho ao capital, renda da terra e possibilidade de reprodução da unidade familiar no campo. De outro lado, a linha de

trabalhos empíricos tendeu a privilegiar a questão da diferenciação da pequena produção, procurando, a partir de inúmeros estudos de caso, ressaltar que não se trata de um todo homogêneo. Evidentemente, isso decorre, em grande medida, da própria imprecisão do termo "pequena produção" que não tem um estatuto conceitual rigoroso.

Desta forma, dispõe-se de um grande número de estudos de caso, aprofundando as relações internas das unidades de produção familiares, bem como suas relações externas com os diversos mercadosⁱⁱⁱ. Mas os principais grupos institucionais de pesquisadores do País, nessa área, não conseguem responder a duas indagações cruciais a respeito de seu objeto de estudo: 1) quantos são os produtores agrícolas familiares no Brasil? 2) qual sua importância econômica nas últimas décadas? Fundamentalmente, essas questões não são respondidas devido à inexistência de estatísticas publicadas a respeito do assunto.

O presente trabalho procura contribuir para preencher essa lacuna, mostrando também

a heterogeneidade da produção familiar e comparando suas principais características com a das empresas não familiares. No fundo, o trabalho propõe uma tipologia para a estrutura de produção na agricultura brasileira, com base nas relações de trabalho predominantes.

A maioria das análises da estrutura de produção da agricultura brasileira, desenvolvida geralmente com dados da década de 70, classifica as unidades produtivas segundo seu tamanho (seja em termos de área, seja em valor da produção ou renda)^{iv}. Em parte, isso decorre da própria forma de publicação das estatísticas brasileiras, mas, também, pela tradição de opor o grande ao pequeno, explicável pela nossa herança latifúndio/minifúndio, que, como se verá, esta pesquisa, em certa medida, também não escapou.

2 - METODOLOGIA

Utilizou-se neste trabalho, primeiramente, dados obtidos através de tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1980^v para o Brasil e o Estado de São Paulo, tendo em vista ser este o Estado mais desenvolvido da Federação em todos os setores e, em especial, na agricultura. Essas tabulações referem-se a dois subconjuntos de estabelecimentos agropecuários: o primeiro, composto por estabelecimentos dirigidos por administrador e por aqueles que não utilizam nenhum membro não remunerado da família, que se denominou "empresas não familiares". O segundo bloco de estabelecimentos são aqueles que não são dirigidos por administrador contratado e que se utilizam de alguma forma de mão-de-obra familiar. Este último foi chamado de "conjunto familiar", caracterizado por ser dirigido pelo produtor (chefe da família) e utilizar mão-de-obra familiar em diferentes fases do processo produtivo.

No entanto, é de suma importância considerar a heterogeneidade da "produção familiar". Assim, o critério utilizado para diferenciar internamente essa categoria

refere-se à presença e peso relativo do trabalho contratado (externo à família), já que se atribui a este elemento um peso qualitativo fundamental que permite definir os diferentes tipos de produção familiar.

Com esse critério, foram separados três tipos de unidades familiares:

a) os estabelecimentos "familiares puros", que não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família do produtor. Foram selecionados para este grupo os estabelecimentos do "conjunto familiar" que não utilizam empregados permanentes, nem temporários (nem em 31 de dezembro, conforme apresentado nas estatísticas e nem em quaisquer dos doze meses do ano), nem parceiros, nem outra condição e nem serviços de empreitadas;

b) Os estabelecimentos "familiares complementados por empregados temporários" que, além do trabalho da família, contratam algum tipo de empregado temporário (em 31 de dezembro e/ou em algum mês do ano e/ou empreitadas), mas não utilizam trabalho externo de forma permanente; e

c) as "empresas familiares" que são os estabelecimentos familiares que contratam força de trabalho externa à família de forma permanente (empregados permanentes e/ou parceiros e/ou outra condição), podendo ou não usar empregados temporários.

Como pode-se perceber, o critério adotado diferencia a produção familiar, segundo o peso relativo do trabalho assalariado (ou contratado) no conjunto da força de trabalho necessária à exploração do estabelecimento. Essa importância relativa está captada pelo caráter temporário ou permanente do assalariamento, quando não, de sua ausência, dada a impossibilidade de quantificar os volumes de força de trabalho familiar e contratada, com os dados disponíveis. O suposto implícito na metodologia é que o caráter permanente do trabalho assalariado denota uma dependência maior da unidade produtiva, com relação à força de trabalho externa, do que, no caso de utilização de empregados, apenas de forma temporária (ou,

às vezes, eventual).

Para complementar a análise utilizou-se, num segundo momento, tabulações especiais dos Censos Agropecuários de 1980 e 1985 de KAGEYAMA (1991)^{vi}. Nesse caso foram apresentados quatro tipos diferentes de estabelecimentos agropecuários de acordo com o pessoal ocupado:

- a) estabelecimentos com pessoal contratado permanente e
 - com temporários
 - sem temporários
- b) estabelecimentos sem pessoal contratado permanente e
 - com temporários
 - sem temporários (familiar puro)

Esta tipologia permite captar o estabelecimento "familiar puro" por se tratar de unidades produtivas que não utilizam nenhum tipo de empregado externo à própria família do produtor.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 - Número e Tamanho

Os recortes adotados permitiram a elaboração do esquema a seguir. Dos 5,151 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, 71,6% formam o conjunto de unidades familiares, sendo que 43,7% deste total são tipicamente familiares, ou seja, estabelecimentos que se utilizam apenas de mão-de-obra da família. No Estado de São Paulo, o conjunto familiar representa 54,5% do total dos estabelecimentos e os familiares puros, pouco menos de um terço deste conjunto. Excetuando-se as empresas familiares, que apresentam uma *performance* muito semelhante às unidades do conjunto não familiar, as demais categorias, ou seja, familiar puro e familiar com temporário podem vir a ser vistas como unidades tipicamente familiares. Com esse raciocínio, no Brasil, essas unidades abarcam 66% do total de estabelecimentos, atingindo para o Estado de São Paulo cerca de 45%.

Na tabela 1 pode-se visualizar, embora

através de outro recorte, a evolução do número de estabelecimentos agropecuários no Brasil e em São Paulo, no período 1980/85. A categoria sem pessoal contratado e sem temporário, que caracteriza a unidade puramente familiar, registrou um aumento de 17,7% para o Brasil e 3,8% para São Paulo. As categorias que mais se expandiram foram a dos estabelecimentos sem pessoal contratado permanente, mostrando que, na primeira metade dos anos 80, houve uma reversão no movimento do emprego, em relação à década de 70, ou seja, crescimento da mão-de-obra familiar e da parceria e estagnação do número de assalariados permanentes^{vii}.

Em termos de área, as empresas não familiares ocupam mais da metade (57,8%) da área total cadastrada do País e no Estado de São Paulo, elas abarcam quase três quartos da área total (Tabela 2). O restante da área está distribuída entre o conjunto familiar. Ressalta-se que para o Brasil essa distribuição é relativamente igualitária, ou seja, 13,3% para o familiar puro, 14,8% para o familiar com temporário e 14,1% para as empresas familiares.

Essa distribuição igualitária perde sentido quando se analisa a área média dos estabelecimentos familiares, na qual se nota uma preponderância da empresa familiar (212,8 ha), chegando mesmo a superar a área média das empresas não familiares (144,0 ha). Percebe-se também que aquela supera em muito a área média dos estabelecimentos agrícolas do País. No Estado de São Paulo, tanto a área total como a área média das empresas familiares apresentam valores majoritários em relação às demais categorias do conjunto familiar. No entanto em relação às empresas não familiares, sua área média não apresenta diferença para o Estado de São Paulo. Este fato vem reafirmar a tese de que o desenvolvimento capitalista na agricultura pode conviver com uma estrutura social baseada em unidade familiar de produção, em contraposição a existência de unidades baseadas fundamentalmente no trabalho assalariado^{viii}.

Os estabelecimentos familiares podem ser grandes ou pequenos, tendendo a ser

maiores quanto menor a participação da mão-de-obra familiar no total de pessoal ocupado. Mas mesmo entre os puramente familiares encontram-se grandes estabelecimentos: cerca de 30% da área total desses estabelecimentos (familiares puros) pertencem a estabelecimentos de mais de 200 ha, estando quase 18% da área total nos de mais de 500 ha. No entanto, em termos médios, o tamanho dos estabelecimentos familiares no Brasil é bem menor (21,6 ha) que o das outras categorias (Tabela 2).

A tabela 3 permite analisar a participação dos estabelecimentos na área total em 1985, a partir do recorte feito por

KAGEYAMA (1991). Embora com recortes diferenciados, essa tabela procura mostrar que os estabelecimentos familiares puros que ocupavam, no Brasil, 13,3% da área total passam no final do quinquênio a ocupar 18,8% dessa área. Da mesma forma, em São Paulo a participação dos estabelecimentos familiares puros passa de 6,9% em 1980 para 12,4% em 1985. Em alguma medida, este dado confirma análises realizadas por ocasião da divulgação dos resultados preliminares do Censo Agropecuário de 1985^{ix} que apontam para o aumento das pequenas unidades de produção na agricultura brasileira, predominantemente as familiares.

TABELA 1 - Número de Estabelecimentos Agropecuários, Segundo a Categoria, Brasil e Estado de São Paulo, 1980 e 1985

Categoria	Brasil			São Paulo		
	1980	1985	var.(%)	1980	1985	var.(%)
Com pessoal contratado e com temporários (eventuais+empreitadas)	870.977	834.803	-4,2	69.267	67.380	-2,7
Com pessoal contratado e sem temporários	210.628	227.997	8,2	33.614	37.314	11,0
Sem pessoal contratado e com temporários	1.245.140	1.435.442	15,3	61.142	65.083	6,4
Sem pessoal contratado e sem temporários (familiar puro)	2.833.106	3.334.334	17,7	109.104	113.348	3,8
Número total dos estabelecimentos	5.159.851	5.832.576	13,0	273.187	283.125	3,6

Fonte: Censos Agropecuários (tabulações especiais), apud KAGEYAMA(1991).

TABELA 2 - Número, Área Total e Área Média dos Estabelecimentos Agropecuários, Brasil e Estado de São Paulo, 1980

Categoria	Brasil			São Paulo		
	N (%)	Área (%)	Área média (ha)	N (%)	Área (%)	Área média (ha)
Familiar puro	43,6	13,3	21,6	27,6	6,9	18,5
Familiar + temporário	23,2	14,8	45,3	18,2	8,3	33,5
Empresa familiar	4,7	14,1	212,8	8,7	13,6	115,6
Empresa não familiar	28,5	57,8	144,0	45,5	71,2	115,5
Total	100,0	100,0	70,8	100,0	100,0	73,8

Fonte: Censo Agropecuário de 1980 (tabulações especiais).

TABELA 3 - Participação dos Estabelecimentos Agropecuários na Área Total, Segundo a Categoria, Brasil e Estado de São Paulo, 1985

Categoria	Brasil	São Paulo
Com pessoal contratado e com temporários	56,1	53,1
Com pessoal contratado e sem temporários	10,4	21,5
Sem pessoal contratado e com temporários	14,7	12,9
Sem pessoal contratado e sem temporários (familiar puro)	18,8	12,4
Total	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário (tabulações especiais), apud KAGEYAMA (1991).

3.2 - Pessoal Ocupado

As definições adotadas impõem uma certa configuração da composição da mão-de-obra ocupada nos estabelecimentos. Assim, por exemplo, nos estabelecimentos familiares puros, 100% do pessoal ocupado pertence à categoria "responsável e membros não remunerados da família"; nos familiares com uso de empregados temporários não aparecem empregados permanentes de qualquer tipo e assim por diante.

Analisando-se os dados da tabela 4, percebe-se que as empresas familiares dependem, em

grau elevado, de força de trabalho externa à família, pois esta provê apenas 39% dos requerimentos de força de trabalho no Brasil e 31% no Estado de São Paulo. Comparando-se esses valores com os que aparecem no grupo dos estabelecimentos familiares com temporário, verifica-se que a família do responsável representa quase três quartos (73,7%) do total da mão-deobra brasileira e cerca de dois terços (64,8%) aproximadamente do total da mão-de-obra paulista.

No caso das empresas não familiares, que por definição não usam mão-de-obra familiar, os

percentuais que aparecem para essa categoria (28,2% para Brasil e 16,4% para São Paulo) representam os responsáveis que dirigem os estabelecimentos e, eventualmente, algum membro da família do administrador. Nesta categoria o emprego assalariado tem predominância marcante, variando de 67% para o Brasil a quase 80% para São Paulo. Tendo em vista que a complementação/substituição da força de trabalho familiar pela de empregados contratados ocorre, normalmente, em função do aumento da escala do empreendimento ou de suas características tecnológicas, é evidente o predomínio de assalariados na composição da mão-de-obra na agricultura paulista.

3.3 - A Importância Relativa dos Estabelecimentos Familiares

Como já foi visto, dos 5,151 milhões de estabelecimentos agropecuários no Brasil, nada menos do que 3,7 milhões ocupam mão-de-obra familiar. Esses estabelecimentos abarcam mais de 150 milhões de hectares (42,3% da área total) e neles encontram-se 74% das pessoas ocupadas na agricultura. Tomando-se o Estado de São Paulo, ou seja, o Estado que apresenta a agricultura mais desenvolvida do País, verifica-se que dos 273 mil estabelecimentos, 149 mil são unidades de produção em bases familiares (54,5%), ocupando quase 30% da área do Estado. Nelas se encontram 48,5% das pessoas ocupadas (Tabela 5).

TABELA 4 - Composição da Mão-de-Obra Ocupada nos Estabelecimentos Agropecuários, Segundo a Categoria, Brasil e Estado de São Paulo, 1980

(em porcentagem)

Categoria	Resp. e membros não remunerados da família		Empregados permanentes		Parceiros		Outra condição	
	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo
	Familiar puro	100,0	100,0	0	0	0	0	0
Familiar temporário	73,7	64,8	0	0	0	0	0	0
Empresa familiar	39,1	31,5	24,4	33,4	9,0	5,7	2,0	0,5
Empresa não familiar	28,2	16,4	27,1	36,4	4,9	3,6	0,7	0,5

Categoria	Temporário (a)		Empreitada (b)		Total	
	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo

Familiar puro	0	0	0	0	100,0	100,0
Familiar temporário	22,8	26,6	3,5	8,6	100,0	100,0
Empresa familiar	17,8	19,0	7,6	9,9	100,0	100,0
Empresa não familiar	25,6	22,4	13,4	20,6	100,0	100,0

(a) Médias aritméticas dos contratos nos 12 meses do ano.

(b) Estimado a partir dos gastos com empreitadas.

Fonte: Censo Agropecuário de 1980 (tabulações especiais).

TABELA 5 - Importância Relativa das Categorias de Estabelecimentos Agropecuários no Total da Agricultura, Brasil e Estado de São Paulo, 1980

(em porcentagem)

Categoria	Número de estabelecimentos		Área		Pessoal ocupado	
	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo
Familiar puro	43,6	27,6	13,3	6,9	37,2	16,8
Familiar + temporário	23,2	18,2	14,8	8,3	26,9	16,7
Empresa familiar	4,7	8,7	14,1	13,6	9,9	15,0
Empresa não familiar	28,5	45,5	57,8	71,2	25,9	51,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Categoria	Valor da produção		Número de tratores	
	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo
Familiar puro	17,4	7,5	15,4	9,4
Familiar + temporário	16,2	10,3	17,0	14,9
Empresa familiar	16,0	17,3	19,7	19,2
Empresa não familiar	50,2	64,9	47,9	56,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário de 1980 (tabulações especiais).

Não se quer com isso negar a inserção desses produtores no sistema produtivo e nos mercados capitalistas, fato que lhes impõe certas normas gerais, como por exemplo, a busca de um excedente da produção que viabilize ao menos a reprodução das condições de sobrevivência da família, ainda que adaptados a uma organização familiar da unidade produtiva.

A importância de cada categoria de estabelecimento na agricultura brasileira e paulista pode ser avaliada a partir da tabela 5.

As unidades que usam trabalho familiar, no Brasil, ocupam pouco mais de 40% da área total, geram 50% do valor da produção, abrigam quase 75% do pessoal ocupado e mais de 50% dos tratores utilizados na agricultura. Tomando-se esses dados para o Estado de São Paulo, verifica-se que o conjunto familiar ocupa quase 30% da área total, gera aproximadamente um terço do valor da produção, abriga metade do pessoal ocupado e pouco menos de 50% dos tratores utilizados na agricultura.

Retirando-se da análise as empresas familiares, que apresentam características mais comuns com as empresas não familiares, ainda assim os grupos familiares menores (puros e com temporários) continuam a concentrar mais de 60% do pessoal ocupado total no Brasil e um terço em São Paulo, revelando sua importância do ponto de vista social.

3.4 - Indicadores de Desempenho

Do ponto de vista da participação da venda de produtos agropecuários (inclusive os beneficiados nos estabelecimentos) no total das receitas, não há, tanto para o Brasil como para São Paulo, qualquer diferenciação entre as categorias. Em todos os tipos de estabelecimentos, essa participação oscila em torno de 97% para o Brasil e 98% para o Estado de São Paulo, o que indica que os demais tipos de receitas (serviços a terceiros, arrendamento, aluguel e outras) são marginais em comparação com a atividade produtiva (Tabela 6).

O mesmo não se verifica em relação ao auto-consumo (definido pela diferença entre o valor da produção e a receita da venda de produtos agrope-

cuários). Nos estabelecimentos puramente familiares o grau de autoconsumo (autoconsumo/valor da produção) atinge 25% no Brasil como um todo, diminuindo consideravelmente para o Estado de São Paulo (7,5%). Essa diminuição é explicada pelo grau de desenvolvimento da agricultura paulista, na qual se nota que, por menor e "mais familiar" que seja o estabelecimento, a maior parte da produção destina-se ao mercado.

Na tabela 7 apresentam-se alguns indicadores do desempenho econômico das categorias. O uso de tratores é acentuadamente diferenciado entre os estabelecimentos familiares puros e familiar com temporário e as empresas. Nota-se que, no Estado de São Paulo, o número de tratores por 1.000 pessoas ocupadas é bastante acentuado, superando em muito o índice nacional (23,8%). Em termos de difusão do uso de tratores, as empresas familiares encontram-se bem acima das não familiares (26,3% e 10,0% dos estabelecimentos com trator, respectivamente para o Brasil; 61,7% e 33,8% para o Estado de São Paulo).

Outro aspecto que diferencia as categorias é o resultado econômico bruto da produção, medido a partir de dois indicadores indiretos de produtividade: o valor da produção por hectare e por pessoa ocupada. Na análise da tabela 7, verifica-se que esses resultados para o Estado de São Paulo apresentam maiores valores nas empresas familiares do que nas não familiares.

Por outro lado, percebe-se que o rendimento de terra apresenta pouca variação entre as categorias, tanto para o Brasil como para São Paulo, chegando, no entanto, a ser pouco maior nos estabelecimentos familiares puros do que nas demais categorias, em nível de Brasil.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central deste trabalho foi apresentar uma classificação das unidades de produção agropecuária, com ênfase na produção familiar.

Cabe ressaltar, entretanto, que os grupos de unidades têm provavelmente limites fluidos entre si no que se referem a outras variáveis que não sejam o próprio critério de classificação (este, como se viu, é o peso do trabalho contratado no conjunto da

mão-de-obra utilizada). Caso exemplar é o da "modernização" ou da tecnologia empregada: embora tendencialmente o grupo das empresas familiares seja mais modernizado do que o dos familiares puros, é claro que pode haver - e certamente há - empresas familiares totalmente extensivas ou especulativas e pequenos produtores puramente familiares tecnificados. Assim, qualquer inferência, em relação a outras características das categorias que não os critérios que a definiram, deve ser sempre feita em termos de condições médias ou tendências.

A produção familiar na agricultura brasileira, e em especial no Estado de São Paulo, sofreu um intenso processo de diferenciação social com a consolidação do padrão agrícola que se implantou a partir dos anos 70. Em que pese este processo de diferenciação social, pode-se constatar que, mesmo sob novos padrões de produção, tais como abertura aos mercados com diminuição do autoconsumo, níveis de mecanização e de tecnificação relativamente altos, a agricultura familiar se faz presente no contexto brasileiro, ocupando um espaço representativo tanto em termos sociais, como econômico.

TABELA 6 - Grau de Mercantilização dos Estabelecimentos Agropecuários, Brasil e Estado de São Paulo, 1980

(em porcentagem)

Categoria	Vendas da produção agropecuária/receita		Grau autoconsumo	
	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo
Familiar puro	96,5	98,0	25,3	7,5
Familiar + temporário	97,0	98,5	18,1	5,8
Empresa familiar	97,6	98,5	8,9	4,7
Empresa não familiar	97,4	98,1	6,5	4,3

Fonte: Censo Agropecuário de 1980 (tabulações especiais).

TABELA 7 - Indicadores de Desempenho dos Estabelecimentos Agropecuários, Brasil e Estado de São Paulo, 1980

Categoria	Valor da produção (Cr\$/ha)		Valor da produção/p.ocupado (Cr\$/P.O.)	
	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo
Familiar puro	5.531	15.700	31.485	57.600
Familiar + temporário	4.623	18.100	40.614	74.500
Empresa familiar	4.804	18.500	109.030	115.300
Empresa não familiar	3.675	13.300	130.347	99.700

Categoria	Número de tratores/ 1.000 P.O.		Estabelec. c/ trator (%)	
	Brasil	São Paulo	Brasil	São Paulo
Familiar puro	9,9	47,8	3,3	15,0
Familiar + temporário	15,0	76,8	6,4	32,2
Empresa familiar	47,3	109,4	26,3	61,7
Empresa não familiar	43,9	93,6	10,0	33,8

Fonte: Censo Agropecuário de 1980 (tabulações especiais).

NOTAS

¹Os dados apresentados neste trabalho, referentes ao Brasil, foram extraídos de um trabalho anterior: KAGEYAMA, A. & BERGAMASCO, S.M.P.P. A estrutura de produção no campo em 1980. **Perspectivas**, São Paulo, **12/13**:55-72, 1989/90.

²Professora Titular do Departamento de Economia e Sociologia Rural da Faculdade de Ciências Agrônomicas, FCA/UNESP, Botucatu, São Paulo, e Professora Adjunta do Departamento de Planejamento e Produção Agropecuária da Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, FEAGRI/UNICAMP, Campinas, São Paulo.

³Ver a respeito, dentre outros, Graziano da Silva, José (coord.). *Diferenciación campesina y cambio tecnológico: el caso de los productores de frijol en São Paulo, Brasil*. In: IICA/PROTAAL. **Transición tecnológica y diferenciación social en la agricultura latinoamericana**. San José, IICA, 1986. p.83-141; Wanderley, Maria N. **Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, SP**. Campinas, UNICAMP/IFCH, 1988. 162p. (Cadernos IFCH/UNICAMP; diversos trabalhos apresentados no grupo "Diferenciação da pequena produção" do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA) de 1979 a 1990).

⁴Ver a respeito, dentre outros, Silva, Sérgio S. Sobre a estrutura de produção no campo. In: Belluzo, Luiz G. M. & Coutinho, Renata (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.177-191. (Ensaio sobre a crise, 2).

⁵Embora a Fundação IBGE já tenha publicado os dados do levantamento censitário de 1985, não foi possível até o momento a obtenção das tabulações especiais para uma análise mais recente.

⁶Ver Kageyama, Angela. **O emprego agrícola em 1985: análise preliminar**. Campinas, UNICAMP/IE, 1991. (mimeo).

⁷Kageyama (1991) op cit.

⁸Ver, dentre outros, Abramovay, R. **De camponeses a agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campi nas, UNICAMP/IFCH, 1990. 354p. (Tese de Doutorado).

⁹Ver Mueller, Charles C. A evolução recente na agropecuária brasileira segundo os dados dos censos agropecuários. **Dados Conjunturais da Agropecuária**, Brasília, (Ed. Esp.) jul. 1987, p.11-41. Na mesma edição ver Graziano da Silva, José. Pessoal ocupado: alguns resultados preliminares do censo agropecuário de 1985. _____, _____. p. 42- 62. Martine, George. A evolução recente da estrutura de produção agropecuária: algumas notas preliminares. _____, _____. p. 63-88.